

A rememoração elitista da abolição da escravidão na “Terra da Liberdade”, no século XX

The elitist remembrance of the abolition of slavery in the “Land of Freedom”, in the 20th century

Carlos Ramon Carneiro da Silva¹ Maria Leidiane Santana² Moisés Emanuel Ribeiro³ Rayanne Leite Duarte⁴ Valdeci dos Santos Júnior⁵

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva historiográfica, o uso da memória acerca da abolição da escravidão em Mossoró, Rio Grande do Norte. Analisando a própria história contada sob a ótica das elites locais, o trabalho visa então compreender como e a partir de que essa memória foi construída no imaginário local, bem como ela se manifestou para além do campo epistemológico e adentrou os espaços urbanos. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa debruçou-se sobre a análise de periódicos abolicionistas da época estudada, que fossem de âmbito regional, bem como a utilização de artigos científicos que tratam do tema da abolição da escravidão a nível local e nacional. O estudo conclui até o presente momento que a memória dos fatos relacionados ao processo abolicionista de Mossoró tomou um partido elitista e branco, excluindo do passado “glorioso” o protagonismo dos negros escravizados.

Palavras-chave. Memória. Escravizados. Mossoró.

Abstract. This paper aims to analyze, from a historiographical perspective, the use of memory about the abolition of slavery in Mossoró, Rio Grande do Norte. Analyzing the history itself told from the perspective of local elites, the work aims to understand how and from which this memory was built in the local imagination, as well as how it manifested itself beyond the epistemological field and entered the urban spaces. With regard to methodological procedures, the research focused on the analysis of abolitionist periodicals of the period studied, which were of a regional scope, as well as the use of scientific articles that deal with the issue of the abolition of slavery at the local and national level. The study concludes to date that the memory of the facts related to Mossoró’s abolitionist process has taken an elitist and white party, excluding from the “glorious” past the protagonism of enslaved blacks.

Keywords. Memory. Enslaved. Mossoro.

¹Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte—UERN. ID Lattes: 0551625274417782. ORCID: 0000-0003-4254-9969. E-mail: carlosramon1909@hotmail.com.

²Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte—UERN. ID Lattes: 2165052890728540. ORCID: 0000-0002-2986-6487. E-mail: leidianemaria67@gmail.com.

³Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte—UERN. ID Lattes: 6938755111252188. ORCID: 0000-0001-6877-2080. E-mail: moisesemanuelribeiro@gmail.com.

⁴Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte—UERN. ID Lattes: 1412040497552703. ORCID: 0000-0003-1885-6184. E-mail: rayanny-duarte@hotmail.com.

⁵Pós-doutor em Arqueologia pela Universidade de Coimbra (Portugal). ID Lattes: 5748382599024802. E-mail: valdecisantosjr@hotmail.com.

Introdução

O ato de lembrar, na maioria das vezes, pode assumir um caráter político ou até mesmo partidário, uma vez que nenhum ser-humano está inerente a uma construção social e consequentemente a uma ideologia. Desse modo, embebidos de preceitos e visões de mundo constituídas e adquiridas no *continuum* temporal, os homens e mulheres constroem a história, a partir de um olhar do presente com a função de recuperação de uma experiência humana pretérita, o que para o historiador do medievo e idealizador dos *Annales*⁶ Marc Bloch, seria como quando o mitológico ogro caça os seres-humanos. O fazer historiográfico do mesmo modo fareja qualquer tipo de movimentação de homens e mulheres, na atmosfera do tempo.

Sabendo disso, pode-se compreender então que a recuperação dessa experiência pretérita se dará a partir de uma perspectiva própria e consequentemente de um lugar de fala. Esse campo de origem da produção do discurso historiográfico é composto por inúmeros sujeitos, que, por sua vez, terão suas concepções epistemológicas distintas e com lugares também distintos em uma estratificação social. No entanto, apesar de distintas, essas mentalidades podem se convergir no que o historiador marxista inglês E. P. Thompson (1963) vai tratar como mentalidades coletivas. Quando isso ocorre, se tem então um interesse maior de um determinado grupo em narrar um fato ou um acontecimento isolado, conectando então seus interesses prévios perante a elaboração do discurso. Nesse caso, diferentemente de um coletivismo operário que o citado autor aborda, o presente trabalho objetiva analisar o coletivismo das elites comerciais, intelectuais e políticas de Mossoró-RN na elaboração das narrativas e a consequente criação da memória a respeito do ocorrido em 30 de setembro de 1883, quando a pequena cidade da então província do Rio Grande do Norte, liberta os seus escravos seis anos antes da Lei Áurea, assinada em 13 de Maio de 1888 pela Princesa Isabel, lei essa que abolia permanentemente a escravidão no país.

Na contramão desse coletivismo, faz-se necessário citar que como também campo de análise do presente trabalho, vive os escravizados dentro do espaço social do sertão. A agricultura e o trabalho doméstico moldam as relações de trabalho que compõe a população escravizada e indo além dessa relação de senhor e escravo, o sertão ainda manifesta-se no exercício da força política coronelista e senhorial, onde paradoxalmente, o futuro lhes reservaria o título de “Terra da Liberdade” pelo poder público municipal.

Para tal análise, fez-se necessário debruçar o olhar da pesquisa para jornais de cunho abolicionista e que tivesse um recorte regional em seu tratamento. Ao utilizar a Hemeroteca Digital Brasileira, site que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional e que reúne milhares de periódicos publicados no país, nas mais variadas épocas, de forma digitalizada, conseguiu-se encontrar o intitulado Jornal Libertador, de cunho abolicionista e veiculado em Fortaleza-CE no século XIX. O recorte temporal utilizado para a pesquisa foi o da penúltima década dos anos 1800, indo de 1880 a 1889, tendo em vista que o objeto de pesquisa estaria presente nas narrativas dos jornais a partir de 1883. A palavra-chave “Mossoró” foi utilizada como ferramenta auxiliadora na busca, onde pôde-se encontrar em torno de 140 ocorrências, das quais ao serem analisadas, constatou-se que somente menos da metade, algo em torno de 60 ocorrências, retratavam a temática da abolição da escravidão em Mossoró. Feita a análise, partiu-se então para a construção do corpo textual da pesquisa.

A narrativa do presente trabalho conta com a análise não só de fontes históricas do final do século XIX, como também de artigos científicos publicados a respeito da temática da abolição

⁶ A Escola dos *Annales*, fundada em 1929 a partir de Marc Bloch e Lucien Febvre, foi um movimento historiográfico francês inovador para sua época, que possibilitou uma abertura da História ao diálogo com outras áreas do conhecimento, bem como ampliou a noção de fontes históricas.

tanto a nível regional, como a nível nacional. Ao pensar na estrutura do corpo textual, pensou-se em dar um tratamento a pesquisa que saísse de uma escala macro pra uma micro, analisando uma realidade social encontrada na cidade mas que também tivesse uma correlação com o contexto histórico nacional do período, finalizando a estrutura com um discussão atual acerca da rememoração e do uso dos espaços que serviram de cenário para os trâmites abolicionistas, bem como também a interferência que essa rememoração ao longo do tempo teve no que diz respeito a comunidade negra da cidade e de que forma essas pessoas foram tratadas nessas rememorações.

Desenvolvimento: processo abolicionista no Brasil

Em meados do século XIX o Brasil viveu um processo que alterou de maneira muito significativa a sua estrutura social. A abolição da escravatura, surge proveniente de muitos fatores e interesses, fossem estes políticos, econômicos ou sociais. Pensar os indivíduos que fizeram parte desse acontecimento é de grande importância, uma vez que é desta forma que podemos compreender de que maneira a abolição da escravidão se monta. Fizeram parte deste evento homens, mulheres, republicanos, religiosos, forros, a elite política e entre outras pessoas que por alguma razão alavancaram e influenciaram esse acontecido histórico. Segundo Joaquim Nabuco (1883), monarquista, político diplomata, historiador e abolicionista, este processo:

É uma luta que tem, como teve sempre em toda a parte, dois grandes embaraços: o primeiro, o estarem as pessoas que queremos salvar nas mãos dos adversários, como reféns; o segundo, o se acharem os senhores, praticamente, à mercê dos escravos. Por isso também os abolicionistas, que querem conciliar todas as classes, e não indispor umas contra as outras; que não pedem a emancipação no interesse tão somente do escravo, mas do próprio senhor, e da sociedade toda; não podem querer instilar no coração do oprimido um ódio que ele não sente, e muito menos fazer apelo a paixões que não servem para fermento de uma causa, que não se resume na reabilitação da raça negra, mas que é equivalente, como vimos à reconstituição completa do país. (NABUCO, 1883, p. 24).

Nabuco discute uma problemática interessante sobre essa temática. Apesar de a escravidão envolver de maneira completa a sociedade, é importante compreender que o negro era o explorado, vivendo desta maneira em uma realidade de vida completamente irrisória, e que mesmo assim, o seu processo de “reabilitação” (parafraseando Nabuco), não foi levado como fator mais importante do período abolicionista no Brasil. Joaquim Nabuco é um dos principais nomes que aparecem nesse período, juntamente com o também ativista José do Patrocínio (1853–1905), ambos fundadores da “Sociedade Brasileira Contra Escravidão”, em 1880, oito anos antes da abolição.

No tocante ao contexto histórico em que ocorre, o processo abolicionista se desenvolve ao longo do século XIX. Como é de comum conhecimento entre os estudiosos da questão da escravidão, sabe-se que existiu uma pressão do Império Britânico para que ocorresse o fim do tráfico negreiro. Apesar desse fator ter dificultado os trâmites dos quais o Brasil se valia, não foi o determinante para o fim da escravidão, uma vez que o Império brasileiro se articulou para desenvolver outros meios de manter esse fluxo:

Todavia, o fim do tráfico atlântico acionou outros movimentos que desgastaram a legitimidade do trabalho escravo. O tráfico interno e o aumento do preço

do cativo produziram uma concentração geográfica e social da posse. Cada vez mais caro ao longo dos anos 1850 e 60, o cativo passa a se concentrar nas grandes fazendas ligadas aos setores mais dinâmicos da economia, com destaque para a cafeicultura. Nas cidades e na pequena produção, senhores de poucos escravos não conseguem renovar suas escravarias ou acham mais conveniente negociar seus poucos cativos por um bom dinheiro no tráfico interno. (MALAQUIAS, 2017, p. 17).

É nesse percurso de decomposição da estrutura escravista que o Brasil inicia o seu processo de abolição em 1850. Deste inicial momento em diante, o país ainda passou por 38 anos de luta pela emancipação do povo negro, uma vez que o regime de escravidão ainda estava muito vivo na estrutura econômica e social do país, e as relações estabelecidas dependiam muito de um relacionamento que se pautava entre elite e subordinados. Contudo, o movimento abolicionista ganha maior força em 1870, onde a pressão social das supracitadas camadas da sociedade e a resistência dos escravizados, passam a suprimir o regime Imperial. Isso levou à aprovação de algumas leis, como é o caso, por exemplo, da Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885):

O fim da escravidão no EUA, as lutas na Justiça pela efetivação da liberdade, a mobilização abolicionista, o apoio e engajamento dos grupos médios e de trabalhadores urbanos, as deserções de escravos e a formação de quilombos urbanos montam o quadro multifacetado em que a abolição ocorreu. Assim, a historiografia reconhece há muito tempo, e a sociedade civil cada vez mais se dá conta disso, que a Abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 vai muito além da assinatura da princesa. (MALAQUIAS, 2017, p. 18).

Na figura 1, temos uma fonte da época. Uma nota no jornal que declarava finalmente a abolição dos escravos no Brasil:

Figura 1: Machete do jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, publicada no dia seguinte à declaração do fim da escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888



Fonte: Blog Estado de Minas

Rememorar o processo de abolição da escravatura no Brasil é perceber que este foi um evento longo, lento e doloroso principalmente para o povo negro, considerando que estes eram e sempre serão os principais atingidos nesse processo. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, e diferente do que se pensa esta decisão não foi resultado de um ato de

benevolência Imperial, mas sim de longos anos de resistência e luta negra, apesar da também citada mobilização de setores políticos e econômicos da sociedade.

Sertão e Abolicionismo na Província do Rio Grande do Norte

Rearticulando a ótica interpretativa da presente pesquisa à Província do Rio Grande do Norte é possível observar que este recorte espacial também foi submetido a algumas alterações diante da construção da escravatura no imaginário popular. Pensando nessa realidade provinciana, o sertão se manifesta nas suas práticas efetivas estruturais, históricas e culturais. Existiu no presente recorte espacial, no século XIX, a manifestação e perpetuação do poder a partir de famílias oligárquicas que dominavam as relações comerciais e políticas no período. O caso de algumas famílias que futuramente serão ilustradas como as Escóssia e Rosado, são exemplos desse poder político centralizado nas mãos de pequenos grupos, que a partir da Primeira República (1889–1930) exerceram o poder dentro da lógica coronelista predominante na época. Nesse caso, como ocorreu em todo o país, o processo abolicionista nesse espaço também se articulou em alguns setores com fins de interesses próprios. Logo, segue essa mesma estrutura abolicionista composta por diferentes ideais durante o percurso que extinguiria a escravidão. Na província, a escravização era vista como “branda”, pois consideravam pequeno o número de escravos que aqui viviam. Esse fato, por si só já suaviza de certa forma a visão que se construiu sobre o regime escravocrata.

A articulação abolicionista não é diferente na província do Rio Grande do Norte quando se analisa este recorte espacial, segundo a historiadora Silvana da Silva Santos (2016):

No ano de 1888 surgiu no Rio Grande do Norte o periódico da Sociedade Libertadora Norte Rio-grandense. Distribuído gratuitamente, afirmava ser o seu intuito defender o fim da escravidão naquela província no prazo de um ano, propagando o trabalho livre. Embora não tenha sido o primeiro grupo abolicionista da província, conforme destaca Angela Alonso, este tinha uma particularidade: o jornal. Foi a confecção deste meio de comunicação voltado somente para a questão abolicionista, do qual os outros grupos abolicionistas potiguares eram desprovidos, ou faziam uso de uma redação abolicionista isolada em jornais que não se voltavam apenas para esta causa, que possibilitou a divulgação mais rápida de informações do movimento abolicionista iniciada naquele momento. (SANTOS, 2016, p. 12).

Apesar do destaque que se deu ao movimento abolicionista a partir do momento em que se circula sobre essa ideia em um veículo de informação como o jornal, é interessante destacar sempre essa perspectiva de falta de planejamento acerca do próprio círculo social que constitui os escravizados. Os trâmites da abolição são delicados, uma vez que são paulatinos e envolvem seres humano postos a uma condição “coisificada”, e apenas a supressão da condição de “escravo” não resolveria todo o problema em que estavam inseridos. Desta forma é interessante pensar todas estas facetas abolicionistas, seja em nível de Brasil, ou em recortes espaciais menores, buscando compreender de que forma se montou esse movimento.

O processo abolicionista em Mossoró

O processo abolicionista no Brasil pode trazer muitas inquietações e problematizações para a sociedade, e principalmente se tratando de Mossoró, uma cidade localizada no interior do Rio

Grande do Norte, estando à 281km da capital do Estado. A cidade de Mossoró é conhecida como a “Terra da Liberdade”, por ter concedido liberdade aos seus escravos 5 anos antes da Lei Áurea. Esse imaginário de liberdade está presente nas oralidades como também em documentos que pertencem a narrativa abolicionista da cidade. Então o que levou Mossoró a ter esse ato considerado tão glorioso sendo motivo de orgulho para toda a sociedade mossoroense? É importante discutirmos como se deu esse processo e o que levou os senhores escravistas a libertá-los antes da Lei Áurea.

No que se trata do processo de libertação, sabemos que nenhum acontecimento histórico acontece de uma hora para outra ou por apenas um único motivo. Sabe-se que os ideais abolicionistas já vinham sendo endossados no país de forma clara e articulada. A elite comercial da cidade na época era composta por uma leva considerada de profissionais liberais, letrados e oriundos das universidades, embebidas dos ideais positivistas, a exemplo da Universidade de Coimbra em Portugal. Como era rota comercial para polos de grande poder econômico no Nordeste como Recife e Fortaleza, a cidade começou então a abrigar uma grande parcela dos comerciantes que passaram a instalar suas residências na região. A respeito disso, o historiador martinense criado em Mossoró Raimundo Nonato aponta que:

Os estrangeiros saíram da Europa com destino marcado. Tudo leva a crer que se dirigiam pra Recife, uma cidade de alto comércio, onde dominava um espírito de cosmopolitismo generalizado, que repercutia lá fora, pelos seus alcances de luta armada, de atos de rebeldia, de revoluções e de arcabuzamentos dos vencidos, mas uma terra admirável, onde o homem tinha ensejo de ser livre e o direito de morrer pela liberdade. (NONATO, 2015, p. 67).

É resultante dessa circulação cultural letrada e liberal na cidade, que em 24 de junho de 1873 é fundada a primeira loja maçônica na cidade, local esse que seria o futuro berço dos trâmites abolicionistas da cidade, lembrado até hoje com uma placa afixada em sua entrada. A partir da loja 24 de Junho, a Sociedade Libertadora Mossoroense terá então contato com as sociedades do Ceará, província fortemente interessada na libertação dos escravizados das regiões vizinhas.

Como podemos ver nas fontes que foram consultadas, o jornal “Libertador” da província do Ceará, verificamos o quanto a sociedade libertadora de lá almejava que Mossoró libertasse seus escravos, visto o pioneirismo que a província do Ceará pretendia na empreitada de emancipar a população escravizada. Assim, conseqüentemente, esse acontecimento iria motivar várias outras cidades que tivesse o idealismo libertador, vejamos a seguir uma nota de publicação do jornal da época, do estado do Ceará, o *Libertador*:

Mossoró liberta-se.—Na sessão respectiva publicamos hoje o quadro das ultimas libertações de escravos em Mossoró, para o qual chamamos atenção dos nossos leitores.

O Mossoró, ligado como se acha ao Ceará, não pode ter outro sentimento que não seja idêntico ao da terra da luz.

A capital do Rio-Grande do Norte, que pouco tem feito na luta gloriosa da luz contra as trevas, que criou uma sociedade libertadora e julga ter cumprido o seu dever,—bitole a sua norma de conducta pelo procedimento digno e patriótico da heroica cidade de Mossoró.

Aqui no Ceará deu-se o mesmo facto; o Acarape precedeu a capital, mas em pouco tempo toda província se transformou em uma grande fornalha que está reduzindo a cinsas a nefária escravidão.

Que no Rio Grande do Norte te aconteça o mesmo, é o nosso mais ardente desejo.⁷

A nota publicada no jornal traz uma perspectiva dos libertadores cearenses em relação a província do Rio Grande do Norte, especificando Mossoró e Natal. Essa discussão e teor crítico contido na nota se dá pelo fato de que em Natal ainda não se tinha um grupo oficial de abolicionistas naquele período, este só veio a emergir em 1 de janeiro de 1888, a “Libertadora Norte Rio-Grandense”, já em Mossoró a “Sociedade Libertadora Mossoroense” foi fundada em 3 de janeiro de 1883, na presidência de Romualdo Lopes Galvão. Na nota do jornal é notório o desejo para que Mossoró viesse a se desprender das amarras da escravização. No panorama de Mossoró, é indiscutível a importância da influência e intermediação do Ceará no processo abolicionista da cidade. No ano de 1882, segundo Lúcia Mara Almeida (1999), que aborda em seu trabalho, Mossoró ainda contava com 145 escravos. Este número é relativamente baixo se comparado com a cidade que tinha o maior número de escravos da província na época, essa cidade era “Príncipe”, atual Caicó, contava 1.298 escravos.

Na historiografia mossoroense, há também menção a um clube denominado “Clube de Spartacus”, em que Josué Pedrosa (2018) afirma em seu livro que esse grupo foi idealizado pela figura do Dr. Almino Afonso e que o grupo era composto por maçons e negros libertos, que tinha o apoio da Loja Maçônica 24 de Junho. Esse clube, segundo Pedrosa, servia de apoio para os negros forros que chegavam até a Mossoró em busca de oportunidades. Algumas das bibliografias consultadas a respeito do Clube não definem uma data da criação deste, mas pelas narrativas se entende que ele foi criado após a abolição da escravidão de Mossoró.

O Clube foi presidido por um negro forro chamado Rafael Mossoroense da Glória. Na coleção “A Saga Mossoroense”, no livro I, é falado da “Omissão do Clube de Spartacus”. Nesse breve capítulo é relatado que o Dr. Almino Afonso não deu qualquer pista que indicasse a existência desse Clube nas fontes da época, o que se dá a entender que este Clube tivesse uma atuação anônima na época. Neste trabalho, o jornal *Libertador* dos anos de 1881 a 1890 não faz menção ao Clube, mas “Nas comemorações do dia 30, os periódicos mossoroenses mais antigos como ‘O Mossoroense’ e ‘Comércio de Mossoró’ faziam repetidas referências a Rafael Mossoroense da Glória e ao seu Clube.” (ROLIM et al., 2002, p. 186).

O Clube de Spartacus é mencionado também num documento produzido em 1940 por Luís da Câmara Cascudo, contendo o seguinte trecho “[...] Atas da Câmara Municipal, reminiscências do ‘Club dos Spartacus’ [...]”. Cascudo se refere ao Clube de forma breve e afirma que o que se sabe sobre esse grupo é uma rasa recordação, fato este que também não anula a sua existência e nem diminui sua importância no processo abolicionista de Mossoró, assim como sua tentativa de reintegração dos libertos na sociedade mossoroense, afirmando assim uma política voltada a reparação social. Ainda se tratando de uma tentativa de reparo social com os negros libertos, ainda em seu livro, Pedrosa fala de um “fundo de emancipação de escravos” criado para financiar ações voltadas para a libertação do alforriado como também os que ainda viviam sob a condição do senhorio. Josué Pedrosa fala de forma resumida sobre esse fundo emancipatório:

Muitas Lojas Maçônicas, em todo país, criaram fundos de emancipação de escravos. Esse fundo em Mossoró, continuou sendo alimentado pelos cidadãos que aderiram ao movimento abolicionista, não apenas pelos maçons, para atender aos libertos, nessa importante ação do *Clube dos Spartacus*. (PEDROSA, 2018, p. 25).

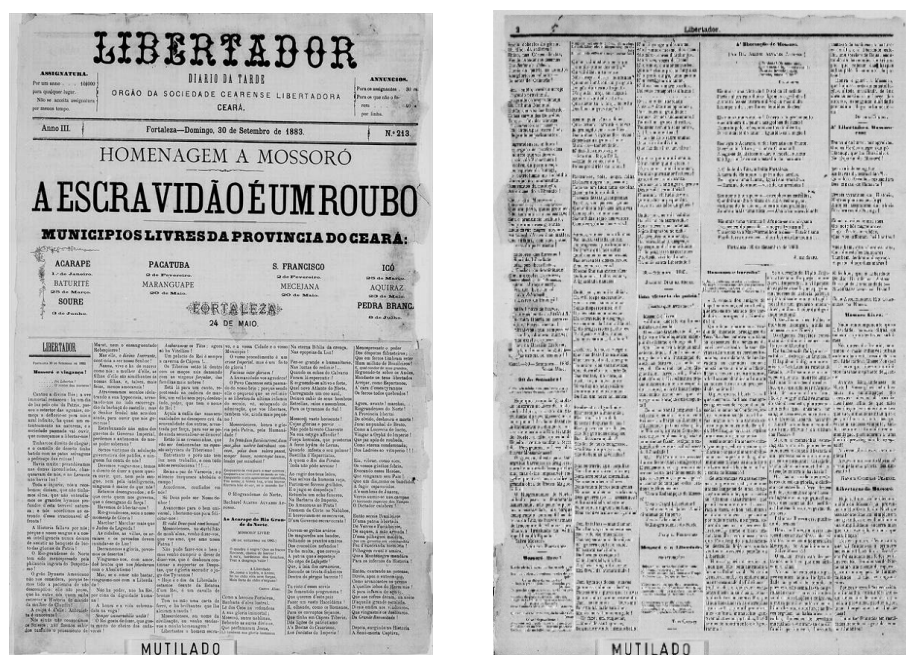
⁷Nota publicada no jornal “*Libertador*”, em 21 de julho de 1883. Ed. nº 00156.

No processo abolicionista de Mossoró, é importante falarmos também de Almino Álvares Afonso, mais conhecido como o “Dr. Almino Afonso”. Almino Afonso é referência de um dos idealizadores do abolicionismo em várias províncias do Brasil na época. Foi um promotor público que se filiou a “Sociedade Cearense Libertadora” e se tornou redator do jornal “Libertador”, assim, virou referência no processo abolicionista no Brasil. Almeida traz um resumo no dia do abolicionismo em Mossoró:

Nessa cidade, o movimento abolicionista cresceu com surpreendente rapidez e demonstrou sua “precocidade” em relação ao restante da província com a fundação da sociedade “Libertadora Mossoroense” em 03 de janeiro de 1883. Em 30 de setembro de 1883 com a presença de Almino Afonso representando um total de 14 sociedades Libertadoras, Mossoró em meio a grandes festividades declarava oficialmente a libertação de seus escravos. (ALMEIDA, 1999, p. 19).

E foi assim, nesse contexto social, que Mossoró libertou seus escravos, deixando um legado a cidade como a “Terra da Liberdade”. O jornal cearense dedicou duas páginas exclusivas de uma edição para publicação de notas alusivas a libertação dos escravos em Mossoró (figura 2).

Figura 2: Manche do Jornal Libertador, 1883, ed. 00213 relatando o dia da abolição em Mossoró



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

É possível notar o discurso do jornal como uma forma de homenagear o acontecimento histórico que, aqueles que ilustram suas páginas, tanto vinham almejando e influenciado a sociedade mossoroense. O conteúdo nas páginas das imagens acima contém notas e poemas em comemoração do ato libertário mossoroense. Nas notas, é notória a alegria e sentimento de grandeza em relação ao processo de libertação da cidade de Mossoró, pois, como já mencionado, o Ceará é o estado pioneiro do abolicionismo.

Se refletirmos sobre os fatos que mencionamos ao longo deste tópico, podemos observar o espírito libertador que tomava conta do contexto histórico da época. A criação de sociedades, de grupos e de um jornal que articulava suas publicações em prol do abolicionismo fazendo jus ao seu nome, além de fazer um paralelo político transparente com Mossoró, são reflexos

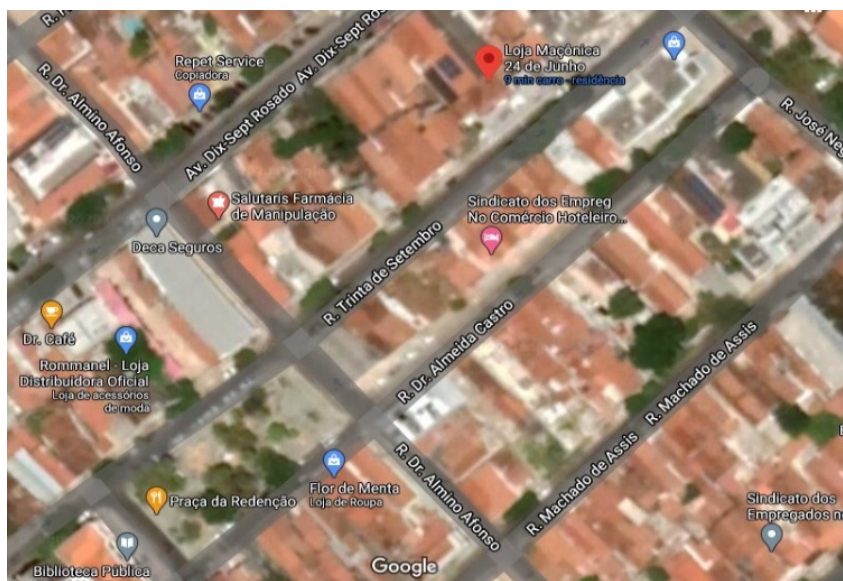
de uma desconstrução do sistema escravista, assim, todos esses fatores compõem o processo histórico do abolicionismo mossoroense.

O uso da memória da abolição por parte do poder público em Mossoró-RN

A rememoração de acontecimentos pretéritos pode ser forjada com diversas intenções. No caso do processo de libertação dos escravizados em Mossoró, a estratégia de articulação política com interesses próprios de famílias oligárquicas em exercício do poder executivo e da produção midiática da cidade é bastante evidente. No que diz respeito aos marcos cívicos, que podem ser utilizados como ferramenta de propiciação de uma tradição de rememorar um fato, a cidade conta com uma geografia espacial urbana que se constitui de uma forma específica, dialogando com os acontecimentos que serviram de cenário para o 30 de setembro de 1883.

É preciso ressaltar que o fluxo das ideias de emancipação e libertação dos negros, se dá a partir de uma região tradicional da cidade, nas proximidades do centro comercial e da ca-

Figura 3: Cruzamento das Ruas Trinta de Setembro, Dr. Almeida Castro e Dr. Almino Afonso



Fonte: Google Maps

tedral de Santa Luzia, onde aos arredores, é perceptível ainda hoje um conjunto paisagístico arquitetônico elitista, com fachadas ainda preservadas de grandes casarões do passado. Além disso, a presença da Loja Maçônica 24 de Junho nessa região da cidade também é importante para a compreensão do contexto social dessa localidade. Sendo assim, o cenário que o artigo pretende analisar é composto em uma região da cidade que, no século XIX, teria sido provavelmente habitada por uma classe social elitista, letrada e com uma ligação de interesses políticos dividida entre os trâmites da maçonaria e o sagrado, representado pela Igreja da padroeira da cidade. No que tange a questão da nomenclatura das ruas, essa rememoração se dá a partir de homenagens aos abolicionistas, colocando-os como patronos das ruas que compõem esse cenário urbano. Nomes como Dr. Almino Afonso, Dr. Almeida Castro, Bezerra Mendes e Idalino de Oliveira, estão presentes em ruas que se interconectam e cruzam-se entre si, bem como a própria data da libertação, que dá nome a rua em que está situada a loja maçônica.

Na imagem utilizada como exemplo, é perceptível que o contexto espacial urbano é criado em cima de um processo de rememoração dos acontecimentos relacionados a abolição da escravatura em Mossoró. As ruas Trinta de Setembro, Dr. Almino Afonso e Dr. Almeida Castro, se cruzam entre si nas proximidades de dois marcos representativos do período da emancipação, a Loja Maçônica e a Praça da Redenção. No que diz respeito a Loja Maçônica 24 de Junho, situada na rua Trinta de Setembro, a edificação representa o marco na abolição dos escravizados de Mossoró, tendo em vista que foi sob um palanque armado em frente à sua sede que foi lida a ata construída pela Sociedade Libertadora. A solenidade do dia 30 de setembro de 1883, seguiu com destino a atual Praça da Redenção, onde, de acordo com fontes consultadas do *Jornal Libertador*, do Ceará, veículo midiático abolicionista, foi erguido uma coluna juntamente com uma estátua da liberdade, representando então um marco histórico para a fatídica data, como mostra o recorte a seguir:

No centro da Praça erguia-se, agigantava-se uma pirâmide de 80 palmos de altura, sobre um pedestal enorme de beleza, onde o coração do povo vinha achar escripto os sentimentos do seu coração! [...] Abaixo e na base da pirâmide, levantava-se a estatua da *Liberdade*, em tamanho natural, com o distico de patriotismo: — *In perpetum per gloriam!*⁸

No entanto, no início do século XX, em 1904, o monumento foi refeito a pedido do então promotor público da comarca de Mossoró, Sebastião Fernandes de Oliveira, em comemoração ao 30 de setembro daquele ano. Vale lembrar que a nomenclatura da praça foi reformulada em outubro de 1883, onde antes disso, se chamava Praça da Liberdade. De acordo com os relatos encontrados no acervo do *Jornal Libertador*, o monumento erguido em 1904 difere do que foi construído em 1883 no que diz respeito a sua estrutura e informes gravados. De acordo com o relato da época, o monumento teria informes com saudações às Sociedades Libertadoras irmãs em seus quatro lados e no monumento de 1904 isso já não é mais perceptível. No que tange ao exercício de rememoração da data como marco histórico, o monumento de 1904 traz consigo em letras entalhadas a data da libertação dos escravizados, em local bastante visível, como mostra a figura 4.

Em um segundo momento, analisa-se as primeiras manifestações de interesse em forjar essa memória sob uma ótica de inserção da família Escóssia, a partir do jornal *O Mossoroense*, jornal esse que era propriedade da família, na narrativa de acontecimentos a respeito da abolição dos escravizados. Munidos de ruas com patronos abolicionistas e edificações construídas com o intuito de lembrar dos fatos pretéritos importantes para uma emancipação de uma população mais ou menos 6% de escravizados, as oligarquias políticas e midiáticas da cidade de Mossoró precisavam então decidir de que forma contariam essa história e de que forma iriam rememorar esse passado de feitos históricos para que não fosse esquecido, e o caminho escolhido para tal empreitada foi o da tradição, expressa em atividades culturais e cívicas ocorridas a cada 30 de setembro, bem como, a carga ideológica e literária que circulava pelo jornal *O Mossoroense*. Divide-se no presente trabalho então, duas fases de rememorações desses acontecimentos históricos a partir da mídia.

A primeira delas ocorre com a Família Escóssia, proprietária do jornal *O Mossoroense*, que nesse contexto, nas palavras de Falcão (2018), pretendia-se ser uma espécie de “guardião da memória local”. No início do século XX, buscou-se fomentar na população um desejo pelas comemorações cívicas que viessem ano após ano, rememorar os acontecimentos relacionados a abolição. Sobre isso, Falcão afirma que:

⁸Nota publicada no jornal “*Libertador*”, em 24 de outubro de 1883. Ed. n° 00234.

Figura 4: Monumento em homenagem à libertação dos escravizados em Mossoró, localizado na Praça da Redenção



Fonte: Mapio.net

Disponível em: <<https://mapio.net/pic/p-20770987/>>

A batalha pela memória expresso em *O Mossoroense* mostrou que, no início dos anos de 1920, a preocupação com os rumos das comemorações do 30 de setembro foi uma constante. Em meio ao enfraquecimento das comemorações, os Escóssias apelaram à população por uma maior participação nas festividades, tendo como justificativa a importância simbólica da data para a história local. (FALCÃO, 2018, p. 54).

Nesse contexto então, algumas festividades são desenvolvidas com o intuito de rememorar esses fatos, pautados sempre numa perspectiva cívica e elitizada, com uma exaltação aos homens brancos maçônicos, heróis da libertação dos escravizados, homens esses que nesse discurso heroico presente nos poemas e hinos publicados ano após ano nessa mesma data no jornal, libertaram esses escravizados por um sentimento de pena, de compaixão, sem nenhum interesse político e econômico. As comemorações iam além das páginas do jornal, chegando a uma ritualística festiva, adentrando no seio das elites, a partir de bailes no Democrata Club, como mostra reportagem no *Mossoroense* em 1920. Nesse sentido, a fabricação da memória da abolição dos escravizados em Mossoró, assume um sentido político diretamente atrelado a uma manutenção de poder e influência, sob uma perspectiva de classes. De acordo com Falcão:

Durante anos, a comemoração do 30 de setembro ficou restrita às visitas à Estátua da Liberdade, às residências dos abolicionistas, inaugurações, realização do baile dos negros e às reuniões na Loja Maçônica 24 de Junho. A força da data comemorativa, no início do século XX, partiu dos interesses da Família Escóssia

em associar sua trajetória política a campanha abolicionista, buscando, assim, a inserção no imaginário social, através da construção da dimensão nacional ao pioneirismo mossoroense. (FALCÃO, 2018, p. 51).

A elite intelectual e comercial, componente da maçonaria e consequentemente a família Escóssia, dona do principal meio de comunicação da cidade na época, ambas detentoras do discurso de heroísmo no processo de libertação dos escravizados, bombardeou através de ritos culturais e das páginas do Mossoroense, a mentalidade dos cidadãos, penetrando em seus imaginários como heróis responsáveis pela libertação dos cativos por pura compaixão e amizade e, dessa forma, fabricando uma memória que perduraria como primordial e importante na cidade até a primeira metade da década de 1920, quando a resistência ao ataque do bando de cangaçeiros em junho de 1927, lhes dá um espírito de resistência, palavra essa que irá substituir o termo liberdade de vez da memória e do espírito ufanista dos mossoroenses.

Passados cem anos do processo de abolição da escravidão na cidade, entra-se na segunda fase de manutenção dessa rememoração. 1983 marca o Nordeste com uma seca de dimensões gigantescas, saques em armazéns, e fome por parte da camada mais pobre da população. O Mossoroense então tem a tarefa de tentar levantar o espírito cívico na população para que mesmo em meio a todo um contexto de crise, além da repressão por parte da polícia e seu uso da força, a comunidade se sinta motivada para as comemorações do trinta de setembro. O depoimento de um popular do período remonta um pouco do contexto histórico em questão:

Senhor Diretor,

Nas comemorações da data magna dos mossoroenses, bom é que se ensine as gerações mais novas aquele amor à liberdade que tanto distinguiu os nossos antepassados em 1883. A preocupação com os irmãos mais pobres, o nosso dever de lutar pela justiça, a nossa obrigação de reparar os erros e de superar os preconceitos. Mossoró, cem anos depois, não superou ainda a escravidão, da pobreza extrema, da falta de esclarecimento político. Que a lição de 30 de setembro de 1883 guie todas as gerações mais novas de nossa terra.⁹

O então prefeito na época, Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia ficou então com a tarefa de tentar reviver, dentro de um contexto de crise social, econômica e política, o sentimento cívico por parte dos mossoroenses e algumas práticas foram efetuadas para auxiliar nessa empreitada político-ideológica. Mesmo em meio a um cenário de insatisfação com o contexto político vigente por parte da população, as comemorações cívicas do 30 de setembro de 1983 seguiram, e no que diz respeito a uma rememoração de feitos tidos como heroicos, na tentativa de uma fabricação de uma memória que matinha os abolicionistas maçons como heróis da libertação, esses feitos se deram de forma evidente. Desfiles cívicos pela cidade, bailes intitulados como “Noite Classe A” realizados na sede da Associação Cultural Desportiva Potiguar—ACDP, releitura da ata de libertação dos escravizados na sede da Loja Maçônica 24 de Junho são alguns dos acontecimentos que ilustram as páginas do jornal O Mossoroense nas comemorações do 30 de setembro de 1983¹⁰, os acontecimentos ainda seguem munidos de articulações e interesses políticos quando paralelamente aos anúncios dos festejos, na tentativa de “limpar” o quadro político da crise, Dix-Huit anuncia inúmeras obras para a cidade. Nesse sentido, Falcão discorre que:

⁹NOGUEIRA, D. 30 de setembro de 1883. *O Mossoroense*, Mossoró, p. 2. 7 e 8 set. 1983.

¹⁰Programação de 22 ao dia 30. *O Mossoroense*, Mossoró, p. 7. 17 set. 1983.

Apesar da avassaladora situação econômica, os Rosados celebraram o centenário da libertação dos escravos porque, além de referenciar o discurso da “vocação libertária da cidade”, o evento serviu de espaço para a apresentação das realizações no combate à crise. (FALCÃO, 2018, p. 204).

Também sob esse viés do centenário, um feito marcante no processo de manutenção da memória por parte das elites que compunham o poder público da cidade é a criação do Panteão dos Abolicionistas, local destinado a guardar a sede das cinzas dos abolicionistas. De acordo com Falcão:

O Pantheon dos Abolicionistas foi formado por cento e duas gavetas com placas de mármore constando em cada uma o nome do abolicionista e sua data de nascimento e falecimento. No meio, uma urna simbólica revestida de mármore, guardava os restos mortais do casal Romualdo Lopes Galvão e Amélia Dantas de Souza Galvão. (FALCÃO, 2018, p. 208).

Nesse sentido, além da função de evocar a memória heroica dos abolicionistas, o Panteão funciona como capacitador de uma tradição, que vence a transitoriedade do tempo, adentrando em uma espécie de *continuum* temporal de manutenção de poder e memória, projeto esse defendido pelas famílias que fabricaram essa memória e agora ganhando materialidade a partir de 1983.

De modo geral, percebe-se na rememoração dos acontecimentos referentes ao 30 de setembro de 1883, uma elitização das práticas e dos ritos, desde sua formação no início do século XX, passando pelo seu centenário na década de 1980 e chegando à contemporaneidade. Mesmo com representações artísticas e culturais voltadas para uma rememoração do povo escravizado, essas narrativas sempre são munidas de uma carga ideológica de coisificação do negro como um ser que apenas sofria passivamente, sem manifestar qualquer interesse em se aprofundar ou discutir questões no que tange a disputas e lutas políticas desses povos escravizados. É perceptível em espetáculos como “Auto da Liberdade”, realizado por muitos anos na cidade, que os negros são representados como pobres vítimas a espera de homens brancos bondosos para lhes libertar das amarras das correntes escravocratas.

Além disso a rememoração desses acontecimentos, na perspectiva anteriormente analisada da geografia espacial urbana, sequer busca colocar esses negros em um patamar de respeito ou de memória. Os patronos das ruas adjacentes ao cenário da Loja Maçônica 24 de Junho e da Praça da Redenção são sempre os homens brancos abolicionistas, e nunca o homem negro escravizado. Indo mais a fundo, é incoerente que práticas e ritos culturais para rememorar o acontecimento da libertação dos escravizados na cidade, se dê sob uma ótica elitista e burguesa, de comemoração a partir de bailes de gala, com a presença única e somente de pessoas das classes mais influentes, sem qualquer tipo de representatividade negra ou quilombola a não ser a de sempre, de um “coitadismo” cego que lhes coloca em uma situação de passividade perante a violência física que sofriam.

Dessa forma, a memória foi benéfica e continua sendo para aqueles que primeiro começaram a lhe fabricar, lhe moldar aos seus interesses políticos e econômicos, mantendo-se como heróis de uma “Terra da Liberdade”, que para aqueles que foram “libertos” continua sendo ainda uma terra de prisão. Sabe-se que em um contexto mais amplo e a nível nacional, o racismo estrutural ainda é uma ferida que mexe com os tecidos sociais que formam as relações cotidianas no país, e, analisando numa perspectiva micro, ao nível da cidade de Mossoró, esse cenário não é diferente. A Terra da Liberdade, para os negros, ainda é muito segregante. A população negra local ainda vive nos locais mais marginalizados, sofrendo com o descaso

por parte do poder público com essas regiões. Não é difícil notar shoppings centers ou locais de socialização da classe média em diante repletos de pessoas brancas, com pouca incidência de negros. Os espaços de socialização na cidade de Mossoró, no que diz respeito a questão racial, apresentam-se amplamente segregados. Na esfera do poder público, quem tanto, historicamente, se apossou do discurso de libertação dos “irmãos de cor”, hoje não lhes dão qualquer subsídio social para uma inserção em um mercado de trabalho, em profissionalização técnica e entre outros. Discussões como essa tornam-se indispensáveis na contemporaneidade, num contexto de negação da estrutura racista que domina as relações sociais do país e do mundo, sobre isso, ativista e feminista negra norte americana bell hooks¹¹ afirma que:

Na sociedade contemporânea, pessoas brancas e negras acreditam, de forma semelhante, que o racismo não existe mais. Esse apagamento, embora mítico, dispersa a representação da branquitude na imaginação negra como aterrorizante. Isso possibilita a assimilação e o esquecimento. (hooks, 2019, p. 312–313).

Na “Terra da Liberdade”, não há qualquer política pública de reparo com a população negra atualmente.

Considerações finais

Em uma carta assinada sob à alcunha de o Último dos Gracos, no jornal *Libertador*, em 11 de agosto de 1983, um fervoroso defensor da abolição faz comentários a respeito desse grandioso feito inspirado pela Sociedade Libertadora Cearense, a abolição da escravatura em Mossoró. A carta dizia que, no dia 28 de setembro, seria assinalada a data da grande luz, no caso a abolição. Entre outros comentários feitos pelo último dos Gracos, há o fato de ele dizer que os Negreiros do Sul e os Mofinos representantes da região, ficarão sabendo que uma cidade que se proclama livre não recua ante ameaças, dando a entender que há um jogo de interesses políticos e econômicos tentando fazer com que não seja concretizada a vontade abolicionista. Além disso, o autor da carta fala que essas ações do grupo, Negreiros e Mofinos, estavam criando empecilhos para o desenvolvimento na região e causando o fechamento do porto de Mossoró para o mundo civilizado. O autor cita nominalmente Targino Nogueira e o Promotor Genipo como sendo alguns dos agentes dessa vontade e força que tenta manter a escravidão local.

No jornal *Libertador* em 8 de fevereiro de 1884, ainda há escritos a respeito da relutância de figuras locais em ralação a aderência da vontade abolicionista. O autor da matéria cita “Rodrighões e Miranhas” como sendo caluniadores dos heróis do abolicionismo de sua própria terra. Também cita Inácio Ribeiro e Horácio Sales, aconselhando-os a mudarem de rumo, e aderir a causa, ou que, esperem “o clarão fulminante da doutrina abolicionista”.

Não há, nos jornais nenhuma forma ao protagonismo dos escravizados neste momento de abolição. Quase nenhum é citado, a não ser quando se trata da propaganda feita em cima das cerimônias de suas alforrias. Isso pode levar o leitor a crer que não há nenhum tipo de vontade dessas pessoas que estão em situação de escravidão de se verem livres. Como se a abolição fosse apenas uma benesse dos senhores e da sociedade abolicionista em libertar as pessoas nesta situação e nada mais. Apenas um puro e simples ímpeto abolicionista.

¹¹Nota editorial: “bell hooks” está grafado em caixa baixa em respeito à vontade da escritora, que afirma que seu nome deve ser escrito assim. Fonte: SMITH, D. Arbiter of Style and Grammar Goes Online. In. *The New York Times*. 2006. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/09/28/books/28chic.html>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Porém, a carta do Último dos Gracos pode nos dar um indício de alguma das mentalidades que existiam em algumas figuras da sociedade Mossoroense, e que impulsionam esse “ímpeto” abolicionista. O tratado de paz e amizade assinado entre D. João IV e a Inglaterra em 1810, após a Inglaterra ajudar a família real a escapar da incursão napoleônica e a instalar-se no Brasil, ainda colônia de Portugal em 1808, visava entre outras coisas, reduzir a taxa de importação dos produtos ingleses para o Brasil e dar fim no comércio de escravizados em terras Brasileiras, este fato pode sim ser um dos fatores influenciadores dessa mentalidade abolicionista, uma vez que o autor da carta fala que continuar com a prática escravista, era fechar as portas do porto de Mossoró para o mundo civilizado, ou seja, impedir a chegada de parceiros comerciais que propagavam o sistema de trabalho “livre”, e que faziam uso dessa forma de trabalho para produzir os seus produtos. Continuar no modo de produção escravista faria com que a produção local continuasse usando as antigas formas de produção, que não eram tão bem quistas pelas potências mundiais, podendo gerar embargos comerciais, podendo também minar uma possível industrialização e modernização da província.

Não parece uma estratégia muito sagaz vincular nas páginas do jornal Libertador, propostas não condizentes com as ideias partilhadas por seus irmãos de luta, logo, se a carta foi vinculada no jornal, é porque expressa parte daquilo que pensam os responsáveis pelo jornal e parte dos integrantes do movimento abolicionista mossoroense, já que não é de bom tom propagar notícias e escritos que possam causar constrangimento aos seus aliados de causa.

A falta de menção a outros fatores abertamente, como por exemplo, os possíveis fatores de cunho econômico, talvez já seja uma estratégia na construção de heróis regionais, apenas citando o ímpeto abolicionista. Tendo em vista que o fim do tráfico negreiro e do fim uso de mão de obra escravizada era endossada pela grande potência ocidental da época, a Inglaterra, e que no Manifesto da Sociedade Abolicionista em 30 de setembro de 1883, há críticas referentes a situação da província do Rio Grande do Norte, ser a mais pobre, a mais atingida pelas intempéries climáticas, sem jornais, nem grandes vozes, um lugar abandonado pelo governo imperial, talvez endossar tais práticas em um mundo passando por transformações nas formas de produção e de trabalho, endossar um discurso a favor do fim do tráfico negreiro poderia ser uma forma de abrir as portas do porto de Mossoró para essa potência, e trazer essa nova forma de trabalho e de produção, sendo está uma estratégia para reverter a situação da época da província do Rio Grande do Norte.

A vergonha escravista foi substituída pela glória dos abolicionistas, que tomaram lugar no imaginário local como os heróis da “Terra da Liberdade”, tendo diversos monumentos e ruas com os seus nomes, tornando as suas histórias mais conhecidas que as histórias dos escravizados, que eram os personagens principais deste movimento e os únicos afetados pela escravidão. Nomes de rua, monumentos, ritos culturais e festivos, tudo feito para rememorar a luta de pessoas que construíram suas proeminências em cima de pessoas que eram o móvito principal da luta, porém que foram esquecidas. Não há ruas importantes com seus nomes, não há história amplamente divulgada sobre as suas situações, tornaram-se apenas figurantes no momento chave de mudança de suas vidas. Mas sabe-se que, por exemplo, pela Revolta dos Malês em 1835, a formação de quilombos e associações criadas por negros libertos e seus descendentes, como por exemplo a Sociedade Beneficente 13 de maio, fundada em 1901 no Rio de Janeiro, os escravizados brasileiros não eram passíveis, como também não aceitavam a escravidão, e se não temos os relatos dessa luta que era viver sob esta condição e resistir a ela, foi porque decidiram não os tornar os atores principais deste cenário, diferentemente dos membros das elites locais, que fizeram palanque em cima da condição dos escravizados.

Referências

- ALMEIDA, L. M. M. d. A. **Os últimos anos da escravidão negra na província do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1999.
- FALCÃO, M. L. **No labirinto da memória: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902–2002)**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
- MACHADO, L. 128 Anos da Escravidão no Brasil. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/enem/2016/05/13/noticia-especial-enem,762306/128-anos-da-abolicao-da-escravidao-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- MALAUQUIAS, C. d. O. Apresentação do dossiê. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 1–6, 2017.
- NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Londres: Typographia de Abraham Kingdon, 1883.
- NONATO, R. **História Social da Abolição em Mossoró**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2015.
- PEDROSA, J. **O aprendiz de Spartacus**. Natal: Offset Editoria, 2018.
- ROLIM, I. E. F. R. et al. **A Saga da Abolição Mossoroense: Livro I. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria**. Mossoró: [s.n.], 2002.
- SANTOS, S. d. S. **Sociedade Libertadora Norte-riograndense e o fim da escravidão no Rio Grande do Norte**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. [S.l.: s.n.], 1963.

Recebido em 16 jul. 2021
Aprovado em 10 ago. 2021